

Caro leitor, a política de sastrada dos generais nos obriga a elevar mais uma vez o preço do jornal. Contamos com sua compreensão.

Tribuna da Luta Operária

ANO V — Nº 153 — DE 30 DE JANEIRO A 5 DE FEVEREIRO DE 1984 Cr\$ 200,00

Multidões decretam morte das indiretas



Foto: L. Castro/Archi

EDITORIAL

A hora da virada

O comício da Praça da Sé marcou uma viragem na luta democrática no país. As grandes massas começam a transformar o desejo de votar em participação efetiva na campanha por eleições diretas para presidente da República. O povo toma consciência de que sua presença é importante. É numa impressionante afirmação disto, 400 mil pessoas permanecem firmes, sem arredar pé, durante horas, vibrando com a manifestação, apesar da chuva forte e continuada.

D aqui para frente a batalha terá um novo colorido. Entra em cena o ator principal. Anuncia-se uma situação em que por todo lado o povo vai às ruas e a nação toda, na praça, mostrará de fato quem são os donos do país. Não há força capaz de deter esta nova maré em ascensão.

Os donos do poder ainda insistem em menosprezar os brasileiros. Teimam nas manobras continuadas. Seus protegidos fazem imenso estardalhaço quando reúnem uma ou duas centenas de delegados do desmoralizado Colégio Eleitoral, no lançamento de suas "candidaturas", em geral com banquetes regados a uísque. E as autoridades governamentais, arrogantemente continuam tratando as manifestações populares como "dança da chuva". Neste caminho provocador, mais cedo do que imaginam podem ser varridos do Planalto pelo dilúvio da luta popular.

Esta oposição radical, entre as multidões que se lançam ao combate e a camarilha governante que ainda pretende decidir a sucessão nos gabinetes militares e no Colégio Eleitoral onde o voto é comprado a peso de ouro, acelerará ainda mais a deterioração do regime militar e o amadurecimento da crise de poder no país.

De certa forma pode-se dizer que agora é que entramos de fato na batalha. As ações anteriores significaram na verdade uma preparação do terreno. A partir da manifestação dos 400 mil abre-se

uma nova fase. Os democratas consequentes lançarão todas as suas forças, apostando em novas e mais poderosas concentrações de massas. Por sua vez, o próprio povo nas ruas irá quebrando as ilusões dos que ainda acreditam num ato benevolente dos generais no poder.

Por todo lado, nas fábricas, nas escolas, nos bairros, nos povoados, nas fazendas, os trabalhadores multiplicarão os comitês pró-eleição direta. Os sindicatos, as associações de bairro, as entidades de massas e todas as organizações populares abrirão as suas portas para esta campanha grandiosa. Nas salas de aula, nas assembleias sindicais, nos muros das cidades, o povo deixará a marca de sua exigência: Eleições diretas já! Nas escolas de samba, nos blocos carnavalescos, este será o tema que alimentará a inspiração dos foliões.

No crescimento desta corrente das multidões, naufragarão também os sonhos de conciliação. Da mesma forma será dissolvida a tentativa capciosa de fazer das manifestações populares apenas uma festa colorida, um protesto inofensivo. O brado energético do povo sem dúvida nenhuma não impedirá as baterias, as músicas e as danças, mas levará estas manifestações de alegria como um complemento necessário e não como a marca central. O combate em curso envolve o destino do país, trata de problemas de milhões que passam fome e de uma nação escravizada. É um confronto entre o arbítrio, mantido pela violência das armas há 20 anos, e o anseio de liberdade, que agora explode nas ruas com impetuoso irrefreável.

O comício de 400 mil em São Paulo abre uma nova etapa de luta, lançando na rua a força das multidões. E aí, com o povo unido e organizado, que se decidirá a conquista do voto e da liberdade.

O comício de 25 de janeiro pelas diretas para presidente na Praça da Sé, São Paulo, já pertence à história da luta contra o regime militar. Cerca de 400 mil pessoas superlotaram a Praça, debaixo de chuva, sem arredar pé, para exigir seu direito de mudar de governo. Um caixão das indiretas foi enterrado simbolicamente pela multidão. O comício monstro; seus desdobramentos segundo a opinião do governo e a dos líderes oposicionistas; o pensamento do primeiro escalão da música popular e das artes, presente em peso no palanque; a manifestação dos 35 mil pelas diretas em Salvador da Bahia e a dos 10 mil em Vitória. Páginas 3, 4, 5 e 8.

Vandalismo na eleição sindical de pedreiros baianos

A Chapa 2, Unidade e Luta, que participa de eleições para o Sindicato da Construção Civil em Salvador decidiu exigir da Justiça do Trabalho a anulação do 1º escrutínio. Isso porque o 1º dia de eleições foi marcado por uma violência nunca vista na Bahia nos últimos dez anos. Capangas do pelego José Veloso e agentes da PF destacaram-se no vandalismo agredindo barbaramente o deputado federal Haroldo Lima, o vereador Agenor Oliveira, o secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, Rinaldo de Souza e Idelfonso Germa-

no, da Chapa 2. As urnas itinerantes eram acompanhadas por policiais armados de revólveres e metralhadoras. Os membros da Chapa 2 foram impedidos de entrar na sede da entidade. É a radicalização da ultra-direita no sindicalismo baiano reunindo pelegos, a Delegacia Regional de Trabalho, a Secretaria de Segurança Pública e agentes da Polícia Federal. O movimento popular reagiu à arbitrariedade. Um ato público de protesto foi marcado para esta sexta-feira.

A explosão do sindicalismo na zona rural

Nos 20 anos da Contag foram criados 2.300 Sindicatos, com mais de 7 milhões de sindicalizados no campo. Página 6.

O comovente adeus do jogo elegante de Ademir da Guia

Torcedores do Palmeiras e de outros times despediram-se do futebol do "Divino". Pág. 7

Sindicatos sob intervenção terão eleição até março

Três dos quatro sindicatos violentados no período da greve geral de julho tiveram suas intervenções suspensas pelo Ministério do Trabalho, na quarta-feira. Dentro de poucos dias serão convocadas novas eleições para os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo, Petroleiros de Campinas e de Mataripe (continua sob intervenção o Sindicato dos Bancários de São Paulo). Alegando ser "conveniente politicamente" o ministro Murilo Macedo espera ter evitado que as entidades sejam retomadas por diretorias comprometidas com os trabalhadores. Num momento de avanço da luta contra o regime militar, a expectativa dos trabalhadores é de votar em chapas de unidade contra os interventores, o governo e o patronato.



Jogo de guerra na Europa

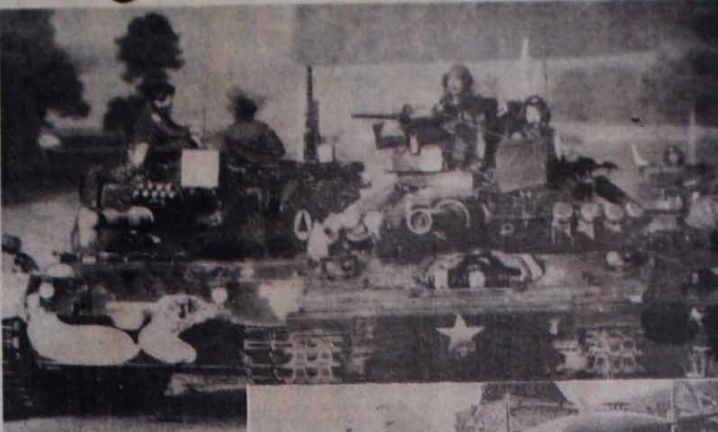
Aproveitando o impasse na Conferência para a Segurança Europeia, que está sendo realizada em Estocolmo, os chefes de Estado dos EUA e da URSS trocaram violentas impressões mútuas durante a semana passada. Reagan acusou os soviéticos de "intransigentes", e Andropov afirmou que não se dobrará diante da "diplomacia de força" do presidente ianque.

O centro da atual briga entre a Casa Branca e o Krêmlim é o início da instalação dos 572 novos mísseis norte-americanos Cruise e Pershing-2 na Europa Ocidental. Esta instalação cumpre um triplo objetivo. Primeiramente, agravar a crise econômica soviética, ao elevar a níveis sem precedentes a corrida armamentista — a economia soviética, menos potente do que a ianque, se ressentiu mais dos efeitos negativos da corrida belicista (Washington gasta oficialmente mais de 6% do seu Produto Interno Bruto com armamento, e Moscou é forçado a gastar cerca de 16%).

Reagan objetiva também forçar os países da Europa Ocidental a uma subserviência ainda maior perante o ditame da Casa Branca. A ampliação do "guarda-chuva nuclear" norte-americano para "proteger" a Europa transforma as nações europeias ocidentais em meros reféns do cowboy maníaco. Os governos dos países que recebem os mísseis nucleares não têm qualquer controle sobre a sua utilização — quem decide tudo é a alta cúpula da OTAN, dominada pelo Estado Maior das Forças Armadas dos EUA.

E a instalação dos novos mísseis insere-se, ainda, na doutrina nuclear do "primeiro golpe", que passa a presidir as preocupações militares ianques a partir do final da década de 1970. Segundo esta noção, os EUA devem se capacitar a desfechar um ataque nuclear fulminante contra a URSS, aniquilando qualquer possibilidade de resposta. Os Cruise podem atingir o coração da URSS em menos de seis minutos — um componente central desta estratégia genocida.

RESISTÊNCIA EUROPEIA
Para Washington, o ponto débil para a instalação dos mísseis reside nas resistências dos países europeus. Além da espetacular mobilização dos movimentos pela paz e contra os mísseis, os próprios governantes da Europa Ocidental manifestam preocupações crescentes com a virtual anulação da sua



OTAN x Pacto de Varsóvia — corrida armamentista em níveis sem precedentes ameaça o globo.

independência. Para estes, o início da instalação deveria servir para pressionar o Krêmlim a chegar a um acordo. Porém a intenção da Casa Branca não é esta. Até mesmo a primeira-ministra Margaret Thatcher, da Grã-Bretanha, tradicional aliada de Reagan, encontrou-se dia antes da Conferência de Estocolmo com o secretário de Estado ianque, George Schultz, para pressionar uma acomodação com a URSS. O único governo que se alia incondicionalmente aos objetivos do imperialismo ianque na Europa é o do falso socialista Mitterrand, da França.

Neste complexo jogo de interesses entram as negociações de desarmamento entre os gigantes imperialistas, as quais nunca serviriam de fato para conter a corrida armamentista, mas apenas como instrumento de objetivos políticos dessas duas superpotências.

Durante todo o ano de 1983 os soviéticos fizeram questão de se apresentar com uma postura de extrema flexibilidade nas negociações. O intuito era de caracterizar os Estados Unidos como a parte intransigente, para agravar o fosso entre Washington e seus aliados europeus. Já à Casa Branca interessava cozinhar as negociações em banho-maria, justamente para evitar uma ruptura com os governos europeus ocidentais. A partir do início da instalação dos mísseis,

em dezembro, os papéis se invertem. A União Soviética abandona todas as mesas de negociações para "desmascarar a farsa" de Reagan e agravar as resistências dos governantes europeus. Já Washington, agora, tenta se colocar numa postura extremamente "flexível" e "conciliatória", insistindo na necessidade de negociações, para neutralizar as preocupações da Europa.

EXPANSIONISMO
Porém, por trás de tanta demagogia e falsidade, a regra do jogo de ambas as superpotências é o expansionismo. Elas têm suas ações governadas por preocupações militares que buscam preservar e conquistar novas posições no mundo. No ano de 1983, os EUA marcaram claramente sua ofensiva nesta disputa, valendo-se da agressão aberta em diversas partes do globo para intimidar o adversário soviético. É este o caso da agressão permanente à Nicarágua, da

covarde invasão de Granada e da intervenção direta no Líbano.

Depois de ficarem acuados durante um bom período de tempo, os dirigentes revisionistas do Krêmlim agora já parecem dispostos a ficar pé nas suas posições e comprar o confronto, se for necessário, com os americanos. Quando era iminente um ataque ianque à Síria em dezembro passado, por exemplo, o ministro do Exterior soviético, Andrei Gromiko, chamou o embaixador dos EUA em Moscou para avisar que a URSS estava disposta a bancar a brigada da Síria: "Pelo menos temporariamente parece ter arrefecido, assim, o ânimo invasor de Reagan."

Portanto, embora nenhuma das duas superpotências coloque já na ordem do dia a agressão direta ao seu adversário, as falsas de cada confronto local provocado pelo impetuoso expansionista de ambas podem arrastar o mundo para uma conflagração geral. (Luís Fernandes)

Governo de Hassan II mata 400 no Marrocos

Gigantescos protestos sacudiram as principais cidades do Norte do Marrocos, nos dias 19 e 20 últimos. A população manifestava-se contra os aumentos abusivos nos preços de gêneros de primeira necessidade e nas taxas escolares, quando o Exército e a polícia marroquinos abriram fogo contra os manifestantes, matando cerca de 400 pessoas!



Hassan II: assassinato em massa.

Os aumentos em produtos obrigatórios pela população, como o pão, óleo e açúcar, e a retirada de subsídios de vários produtos agropecuários de amplo consumo são exigências do Fundo Monetário Internacional — FMI — para renegociar a dívida externa de 11 bilhões de dólares contraída pelo governo do rei Hassan II.

Os protestos populares tiveram início no dia 19, com uma passeata de 10 mil estudantes contra o aumento das taxas de matrículas escolares. Imediatamente a população aderiu ao movimento. Em Nador, Ubdá, Alhucemas, Agadir, Marrakech e na capital, Rabat, a polícia partiu para cima da multidão com violência. Em Nador, o Exército chegou a metralhar os manifestantes a partir de helicópteros. Jornalistas testemunharam, depois, o recolhimento de cadáveres de populares nas ruas, pela polícia.

Na segunda-feira, dia 23, o rei Hassan II viu-se obrigado a cancelar os aumentos impostos a mando do FMI, embora viciando contra os "agitadores profissionais", para justificar a repressão.

Governo do Suriname reprime os motoristas

O governo militar do Suriname cassou as licenças de todos os motoristas do serviço de transporte coletivo, em greve desde o dia 14 último, e requisitou 60 ônibus particulares para substituir os que estão parados. A greve dos motoristas é em solidariedade aos operários da indústria de bauxita, parados há mais de um mês. Os trabalhadores exigem a renúncia do coronel Desi Bouterse e eleições livres.

Nicarágua denuncia belicismo dos EUA

O governo sandinista da Nicarágua divulgou nota, dia 20, denunciando que "os EUA pretendem intensificar a militarização da América Central e bloquear os esforços de paz do Grupo de Contadora". O governo Reagan está para construir uma base militar em Honduras. Nos últimos meses, cerca de 5 mil soldados ianques foram enviados a esse país vizinho à Nicarágua, para manobras militares e apoio aos grupos contrarrevolucionários que combatem os sandinistas. Os EUA avançam, assim, na sua intervenção militar na América Latina.

Nigéria vive sob leis de exceção

Um dia após formar seu novo gabinete, o general Mohammed Buhari, ditador da Nigéria, decretou leis de exceção no país. O governo militar pretende prender "suspeitos de delitos econômicos" ou pessoas "consideradas como risco de segurança". No mesmo dia 19, em que baixou as leis de exceção, Buhari anunciou que há 70 presos políticos em Lagos, capital do país, e mais de 300 no interior.

Alta de preços na Hungria revisionista

O governo dito socialista da Hungria anunciou novos aumentos de preços de produtos básicos, com o objetivo expresso de conter seu consumo. Carne, vegetais, enlatados e óleo para aquecimento residencial foram majorados em 20%, e os materiais de construção ficaram 30% mais caros. Há cinco meses o governo revisionista húngaro tomava idéias medíocres, aumentando em 10% e 23% o preço de vários produtos. Também na Hungria quem dita os aumentos é o Fundo Monetário Internacional, o famigerado FMI. A dívida externa húngara com o Ocidente é de 7 bilhões de dólares.

Mitterrand ameaça os trabalhadores

Deixando de lado sua fração socialista, o presidente da França, François Mitterrand, vociferou no último dia 19 contra os trabalhadores que têm realizado greves e protestos contra o desemprego e as medidas antipopulares do governo do PS. Mitterrand afirmou num discurso que "não aceitará excessos cometidos" por "quaisquer grupos de cidadãos" e que recorrerá à repressão sempre que "a lei for violada"...

Aumenta a repressão no Uruguai



General Gregório Alvarez: repressão.

Um abaixo-assinado exigindo a revogação das medidas repressivas decretadas após a greve do dia 18, a anistia ampla e as liberdades democráticas no Uruguai foi entregue ao cônsul desse país, Enrique Genta, em São Paulo, no último dia 23. O documento foi levado ao consulado por uma comissão de 50 pessoas representando várias entidades, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a União Nacional dos Estudantes, o Conselho da Conclat-Praia Grande. Integraram-na ainda os deputados estaduais Benedito Cintra, Mauro Bragato (PMDB) e Sérgio Santos (PT), o vereador Walter Feldman (PMDB) e Paulo Schilling, do secretariado de Relações Internacionais do PT, além de exilados uruguaios residentes no Brasil.

No Uruguai, após a greve do dia 18, que paralisou o país, o governo militar do general Gregório Alvarez aumentou a repressão contra o movimento democrático e popular. O país está sob leis de exceção; o Plenário Interministerial dos Trabalhadores, que reúne 160 sindicatos, foi colocado na ilegalidade e seus bens confiscados. O governo determinou ainda a demissão dos funcionários públicos que participaram da greve.

No dia 19, com efeito, cerca de 200 funcionários da companhia de energia elétrica foram demitidos. Seus companheiros de trabalho resolveram realizar uma passeata contra as demissões, mas os militares ocuparam a empresa e impediram o protesto. Os soldados ain-

da desalojaram à força os grevistas que estavam instalados na indústria têxtil Ildu, paralisada desde o início do mês.

Segundo um dirigente do PIT, agora na clandestinidade, a adesão maciça dos uruguaios à greve do dia 18 "foi a maior evidência de que o Uruguai está coeso em sua oposição ao regime militar, cuja política econômica está levando o país à ruína".

Após a greve, alguns semanários oposicionistas — "Busqueda", "Opinar" e "Aqui", "Correo", "Jaque" e "Assamblea" — foram recolhidos. Nos últimos dois anos o governo de Gregório Alvarez fechou 19 publicações e duas rádios, e ainda proibiu a transmissão de programas "ao vivo" no país.

Argentina luta para punir os militares assassinos

Por determinação do presidente Raul Alfonsín, da Argentina, foi preso no último dia 17 o general Ramón Camps, ex-chefe de polícia da província de Buenos Aires, que admitiu sua participação direta no seqüestro e assassinato de 5 mil pessoas. Camps será julgado — assim como o general Reynaldo Bignone, o ex-comandante da Marinha Emilio Massera e o brigadeiro Osvaldo Cacciatore, ex-prefeito de Buenos Aires — por um tribunal militar. Hebe de Bonafini, presidente da organização Mães da Praça de Maio, por seu lado, denuncia: "É pura inocência acreditar que os militares condenarão a si próprios".

ignorava as violações que cometiam. Todos são cúmplices. Se os crimes forem julgados pela Justiça Militar, não haverá condenações".

Acontece que Raul Alfonsín determinou que todos os crimes cometidos por militares sejam julgados pelos próprios militares, que ainda poderão se valer de terem atuado sob o "cumprimento de ordens", ficando então somente os superiores dos criminosos passíveis de condenação. Daí, o fato de mesmo generais como Camps, que admitem participação nos assassinatos de adversários, alegarem ter agido "por ordem legítima dos Tribunais Especiais". Se há alguém que deve ser julgado são esses Tribunais, formados pelos Comandantes...

sentação de corpo de delito. E o general Campos, por exemplo, costumava dinamitar os corpos dos prisioneiros os quais matava nas torturas. Como lembra Hebe Pastor de Bonafini, "muitos de nossos familiares, assassinados foram jogados no rio ou queimados nos quartéis. O que aconteceu foi um drama nacional, que deve ser julgado como tal. Se a repressão foi inédita, o julgamento e o castigo também devem ser inéditos".

Em meio a essa discussão, o Conselho Supremo das Forças Armadas publicou no dia 22 um edital solicitando a apresentação, no prazo de 60 dias, de denúncias sobre violações de direitos humanos no período da ditadura militar. Esse mesmo Conselho será responsável pelo julgamento dos nove integrantes das juntas militares que dominaram o país entre 1976 e 1983.

Para Hebe, "as Forças Armadas não servem para nada, exceto para



Bonafini: "Todos são cúmplices".

transformar o país em um grande campo de concentração e assassinar milhares de jovens que lutavam pela liberdade e pela verdade".

Por que assino a Tribuna Operária

"No momento em que a gente luta pela participação efetiva de cada brasileiro, é lamentável que jornais como a Tribuna Operária sofram perseguições. A democracia que a gente defende é a que dá liberdade para todas as correntes de opinião. Daí a nossa solidariedade aos companheiros que a duras penas têm erguido sua voz".

Roberto Horiqui, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.



Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318.

() Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 15.000,00
 () Anual Comum (52 edições) Cr\$ 7.500,00
 () Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 7.500,00
 () Semestral comum (26 edições) Cr\$ 3.750,00

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Profissão: Data:

O povo deve ocupar seu lugar

Entram em cena as grandes multidões. Cerca de 400 mil pessoas que gritam a uma só voz pelas eleições diretas no comício de São Paulo são uma arrancada vigorosa. Nesta campanha que galvaniza a opinião pública nacional, o fator decisivo é que o povo se organize e ocupe o seu lugar na praça, nos palanques, no movimento político de milhões pelas eleições diretas, pelo fim do regime militar, pela conquista da liberdade.



Durante o comício o povo expressou seu desejo de votar "enterrando" as indiretas

Eleições diretas em Brasília

Numa das maiores e mais representativas reuniões realizadas em Brasília nos últimos tempos, na semana passada, o Comitê Pró-Diretas do Distrito Federal, contando com a participação dos partidos políticos — inclusive o Partido Comunista do Brasil — e de cerca de 50 entidades sindicais, estudantis, associações profissionais e de moradores. Ao final do encontro de instalação do Comitê, as 250 pessoas presentes gritaram cora a palavra de ordem oficial da Campanha pelas Diretas em Brasília: "Diretas já, Brasília quer votar". Com a sua população cassada de seu direito de voto, uma vez que o regime militar não permite a Representação Política para o Distrito Federal, a Campanha pelas Diretas em Brasília se dá junto com a luta pela conquista do direito de voto aos brasileiros. Nessa reunião foi constituída uma Comissão Pró-Diretas, com representantes de 13 entidades. Além da realização de comícios-relâmpago no Piauí e no Rio de Janeiro e em cidades satélites, de picnics e atos públicos, a campanha pelas Diretas em Brasília será encerrada com uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira.

Pleno vapor no movimento goiano

Em Goiânia o movimento pelas diretas está em pleno vapor. No dia 22, no Setor Novo Horizonte, realizou-se um ato pró-diretas com representantes dos partidos de oposição e da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, além de parlamentares. Dias antes, cerca de 300 pessoas, representantes de partidos políticos e mais de 60 entidades democráticas e populares, formaram um Comitê Pró-Diretas. Esse Comitê lançou um manifesto conclamando todos os setores da sociedade a engrossarem a luta pelo direito de eleger o presidente da República democraticamente. Também no interior de Goiás tem havido manifestações, como em Riohópolis, onde mais de 3 mil pessoas compareceram ao comício pró-diretas com a presença do governador, Ivo Bezerra, e também em Quirinópolis.

Comício e voto em Ribeirão Preto

Em Ribeirão Preto um comício concentrou cerca de 500 pessoas, no dia 20, para mostrar o anseio popular pelas diretas. No ato foi divulgado o resultado do plebiscito sobre as eleições presidenciais realizadas na cidade: 18.948 votaram pelas diretas, 909 pelas indiretas, 46 em branco e 31 anularam o voto. Também em Sorocaba, cidade vizinha de Ribeirão Preto, foi constituído um Comitê Municipal Pró-Diretas, que lançou um manifesto e organizou uma caravana para o comício dos 400 mil, realizado em São Paulo.

Caxias do Sul forma comitê

A cidade gaúcha de Caxias do Sul também formou um Comitê Pró-Diretas, congregando entidades sindicais, feministas, estudantis, de moradores, e partidos políticos, operários, inclusive a Comissão pela Legalidade do PC do B. O Comitê pretende realizar um comício pró-diretas para entregá-lo ao general Figueiredo, quando o chefe do regime militar for à Festa da Uva, em fevereiro.

Manaus prepara grande comício

Cerca de mil pessoas participaram do lançamento do Comitê Amazônense Pró-Diretas, realizado dia 13 em Manaus. O ato contou com a presença de entidades populares, democráticas e de partidos políticos — inclusive o Partido Comunista do Brasil. O deputado José Dutra representou o governador do Estado no ato. Todos foram unânimes na condenação ao regime militar. Manaus prepara um grande comício pelas diretas para 18 de fevereiro.

Comício de 10 mil em Campinas

Mais de 10 mil pessoas participaram do comício pelas eleições diretas em Campinas, no dia 21, com a presença do governador de São Paulo, Franco Montoro, e de representantes de todos os partidos oposicionistas e da Comissão pela Legalidade do PC do B. Atores como Raul Cortez, Mário Proença e Jucá de Oliveira prestigiaram o ato, que paralisou o centro nobre da maior cidade do interior paulista.

Caravana dos maranhenses

No Maranhão a preparação do grande comício pelas diretas, do dia 27, ficou a cargo do Comitê Estadual pelas Eleições Diretas, que reúne os partidos oposicionistas e entidades democráticas e populares de São Luís. O Comitê pretende organizar uma caravana para Brasília, no dia 11 de abril, quando será votada a emenda constitucional garantindo eleições diretas. Cidadãos como Santa Inês, São Mateus, Zé Doca e Santa Luzia já estão envolvidos nessa grande campanha democrática.

Plenária popular em Minas Gerais

Em Belo Horizonte foi realizada, no dia 23, a primeira plenária do movimento popular pró-diretas, com a participação de cerca de 150 pessoas, representando 68 entidades. Vários parlamentares estiveram presentes, inclusive o líder da bancada de vereadores do PDS. Em Minas está programado um grande comício, na capital, para 24 de fevereiro. É o Movimento de Mulheres tirou como tema para o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, "Mulheres, Diretas e Diretas". Na plenária, convocada pela Federação das Associações de Moradores de Bairros e Favelas de Belo Horizonte, foi formada uma Comissão Provisória que coordenará o trabalho unitário na luta contra as eleições indiretas.

Plebiscito em S. José dos Campos

Em São José dos Campos foi realizado, entre 11 e 22 de janeiro, um plebiscito onde 7.315 pessoas responderam à pergunta: "Voto a favor das eleições diretas para presidente da República?". 6.842 pessoas pronunciaram-se favoráveis ao plebiscito, enquanto 400 foram contrárias, 63 votaram em branco e 10 anularam o voto. O povo de São José dos Campos realizou uma caminhada de mais de 100 km de sua cidade à praça da Sé em São Paulo, para participar do comício pelas diretas, dia 25.

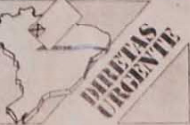
Adesão sindical na luta alagoana

Em Alagoas o Movimento Teotônio Vilela pelas eleições diretas, ganhou a adesão da maior parte dos Sindicatos urbanos e rurais do Estado, dando origem ao comício de campanha pelo direito de eleger o presidente da República. A grande concentração pelas diretas, no Estado, foi realizada no dia 29 e contou com a presença de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e do governador paulista Franco Montoro.

Mas a mobilização e a organização das massas populares ainda é pequena para o momento em que vive o país, de grave crise política.

Os partidos de oposição legalmente constituídos são insuficientes para abarcar o descontentamento e as aspirações maiores do movimento operário e popular. No próprio comício de São Paulo o povo saudava os políticos, os artistas e os ídolos do esporte. Mas o espaço era pouco para os homens e mulheres que derramam o seu suor nas fábricas e nas fazendas, os que batam por melhorias nos bairros, os sindicalistas.

É necessário que as mais amplas correntes democráticas tenham voz nesta batalha pelas eleições e pela liberdade — e inclusive que dissidentes do PDS venham às praças gritar a sua insatisfação. Mas, sem romper esta unidade tão ampla, é também indispensável que um movimento unitário das forças operárias e populares se faça presente, de forma organizada e independente. Só assim a multidão terá seus



líderes nos palanques, e também num governo provisório que — de uma ou outra forma — terá que substituir o governo dos generais para liquidar o regime implantado pelo botaonês. Só assim o povo poderá influir nos destinos do país, defender seus interesses e assegurar transformações profundas. Unicamente o povo unido é capaz de romper os estreitos limites institucionais e parlamentaristas em que as oposições tradicionais mantêm a luta pelas eleições diretas. O papel dos comitês e das grandes manifestações populares não pode ficar restrito a pressionar o Congresso e forçar um acordo entre os partidos. As instituições existentes ou são instrumentos de arbitrio ou estão amordaçadas. E os partidos tolerados pela legislação atual, pelas próprias classes

Governo finge que não ouve, mas treme

Enquanto o povo paulista fazia seu comício-monstro na Praça da Sé, o general Figueiredo, descansando nas luxuosas dependências do Othon Palace Hotel de Belo Horizonte, nem se dignou a comentar o assunto para a imprensa. Mas os diretores oposicionistas presentes na Sé avaliaram que a manifestação feriu de morte os planos da eleição indireta.



Da parte da Presidência da República, o único comentário partiu do porta-voz Carlos "Dança da Chuva" Atala. Disse estar informado de que havia na Sé apenas 100 mil pessoas, o que era "pouco expressivo", comparado com os 52 milhões de eleitores que entregaram a maioria do Colégio Eleitoral ao PDS. Consequente, assim, pregar duas grandes mentiras com



Ulysses: indireto não governará



Freitas e Amazonas: "Não há quem possa agüentar tanta pressão"

"O Palácio do Planalto está absolutamente interessado em minimizar a manifestação popular". Mas avalia que "não há quem possa agüentar uma pressão desta natureza". Esta é também a opinião de Ulysses Guimarães, para quem o que mudou com o 25 de janeiro foi "a queda desta prisão do voto direto que é o Colégio Eleitoral". Segundo o presidente do PMDB, "este ato desmoralizou o Colégio Eleitoral. Um presidente que não seja eleito pelo voto do povo não terá condições de governar. Isto foi determinado hoje, por esta multidão e também pela união de todos os partidos".

OPOSIÇÃO MAIS UNIDA

O deputado federal e operário metalúrgico Djalma Bom, do PT de São Paulo, compartilhou desta opinião. "Eu acho — disse a TO — que o caminho para a eleição direta é isto aqui na praça. O saldo desta campanha

Manobra antidemocrática

Na reunião de entidades e partidos políticos para a constituição do Comitê Paulista pelas Diretas, realizada no último dia 18, houve quem defendesse a exclusão da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil. Diziam que embora trabalhasse efetivamente junto ao povo e participasse do comitê a Comissão dos comunistas não deveria aparecer oficialmente. Alegavam que isto poderia dificultar a adesão de setores mais ligados aos empresários. Ou ainda que os comunistas poderiam se representar indiretamente através de entidades ou organizações onde atuam. Além de anticomunista tal atitude revela no fundo a preocupação em "ampliar" para a direita, excluindo a classe operária da direção da luta democrática, quando é exatamente o proletariado

o destacamento mais conseqüente neste batalha. Os comunistas condenam radicalmente qualquer exclusivismo. Buscam encontrar formas comuns de atuação com os mais amplos setores pelas diretas, sem eliminar desta frente inclusive setores dissidentes do PDS. Mas ao mesmo tempo consideram que os democratas não podem criar obstáculos para que os comunistas tenham assegurado seu direito de organização e atividade política. Mais lamentável ainda é que certas correntes que se declaram representantes dos trabalhadores tenham engrossado esta pressão para exclusão dos comunistas. Mas a maioria dos presentes na reunião forçou um recuo desta manobra antidemocrática e noiva aos interesses da unidade.

com uma bandeira única, é que os partidos se unem, a sociedade se une, os sindicatos se unem em torno desta proposta. Hoje a oposição está muito mais unida. Presente no palanque, em nome da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, o dirigente comunista João Amazonas mostrava-se confiante: "Esta grande manifestação — afirmou — representa antes de mais nada que o povo considera que é preciso acabar com a farsa das eleições indiretas, que é preciso acabar com o governo dos militares que levou o país à situação catastrófica em que se encontra. É a afirmação de que o povo tem o direito de votar livremente, escolher seus representantes, e conquistar este direito numa grande jornada democrática que se espalhará por todo o país e se tornará, sem dúvida nenhuma, vitoriosa."

BRIZOLA E O TAMPÃO Leonel Brizola, embora prometendo uma manifestação pelas diretas no Rio de

o mundo inteiro vai ver", preferiu não comprometer-se ao ser indagado pela TO se sua proposta de um mandato-tampão para Figueiredo pertence ao passado. "Eu não digo que pertence ao passado — respondeu —. Nós abrimos uma postura de abertura para o entendimento. Nós não iremos mudar porque o PDS se fechou. O importante é marcar a data do pleito, mas pode haver um período transiório".

Ja Rogê Ferreira, presidente do PDT paulista, declarou enfaticamente o comício "é a demonstração de que 95% dos brasileiros querem a eleição direta, como restituição daquilo que lhes foi escamoteado com o golpe fascista de 1964". Perguntado sobre soluções "intermediárias" do tipo consenso e mandato-tampão, disse acreditar que "o que vai importar agora é que os políticos ou são contra ou a favor do povo e das eleições diretas". (Bernardo Ioffly)



Brizola não é o tampão

O Brasil em peso



Baianos realizam o maior comício dos últimos trinta anos em Salvador

Calcula-se que mais de 35 mil pessoas compareceram ao grande comício pelas eleições diretas em Salvador, sexta-feira, dia 20. As estimativas da imprensa local e nacional variaram entre 15 mil e 80 mil presentes (!), mas todos concordam que foi a maior manifestação já vista na Bahia desde um lendário comício em Getúlio Vargas, há mais de 30 anos.



Tancredo e Ulysses defenderam candidato único das oposições

A velha Praça Municipal começou a encher à tarde, animada aos frevos do trielétrico "Traz-os-Montes" por Gonzaguinha e Caetano Veloso que, além de cantarem, discursaram em favor das diretas. As 20 horas começou o comício propriamente, com a presença de Ulysses Guimarães, do governador Tancredo Neves, do líder do PMDB, deputado Freitas Nobre e do prefeito de São Paulo, Mário Covas.

O público não poupou aplausos aos discursos mais aguçados e ao anúncio de presenças firmes no combate ao regime, como a do

deputado Haroldo Lima, da Tendência Popular. Em contrapartida, vaiou os recalitrantes, como o deputado Raimundo Urbano, que recentemente foi receber Maluf no aeroporto de Salvador.

Incluído entre os oradores por exigência do público e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o deputado Francisco Pinto foi o mais aplaudido de todos. E arrancou mais palmas quando criticou os conciliadores

Uma charanga do Comitê Político Unificado, que teve forte atuação na praça, chamou a atenção da mul-

tidão presente, além da presença do PC do Brasil, que levou muitas faixas defendendo as diretas e a sua legalização. Foi marcante também a participação de caravanas de mais de 30 cidades interioranas, destacando-se as de Feira de Santana, Ibêus, Itabuna, Vitória da Conquista e do Recôncavo baiano.

O comício reuniu os setores mais representativos da comunidade baiana, representantes de bairro, lideranças sindicais e estudantes, de forma unificada. O presidente estadual do PT, Jorge Almeida, também discursou; defendeu "diretas hoje e já, com o fim do regime militar".

O CANCRO BIÔNICO

O governador Tancredo Neves falou em tom moderado, porém voltou a descartar a tese do consenso com o regime. E frisou que a luta por eleições diretas não se esgota em si mesma, sendo necessária uma constituinte a que "comparem todos os segmentos do pensamento político de nossa gente". Já Ulysses Guimarães dedicou boa parte de seu discurso à denúncia do Colégio Eleitoral biônico, para ele "um cancro que precisa ser extirpado pelas manifestações massivas, principalmente populares". Tanto ele como Tancredo Neves defenderam o lançamento de um candidato único das oposições para a Presidência da República no pleito direto.

Nilson Bahia, presidente do Sindiquímica, falou à multidão em nome dos trabalhadores. Parabenizou a direção do PMDB pela mobilização, "sem desmerecer a todos que lutaram para que ela se tornasse realidade". E deu ênfase à participação do povo: "Ficou provado — disse — que o povo participa tendo propostas sérias e viáveis; entra na luta e, com certeza, segura propostas como é o caso das eleições diretas, que vão acontecer. Vamos eleger o presidente, empossá-lo e garantir o seu mandato".

O presidente do Sindiquímica usou do microfone também para "fazer uma autocritica" de público e defender a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte — bandeira que condenava em seus tempos de PT.

"PAPAGAIO GORDO"

Ainda falou no comício a presidenta da Federação das Associações de Bairros de Salvador, Antônia Santos, para quem "a maioria do povo não está satisfeita com o governo e quer eleger seu presidente". E, em nome dos estudantes, o presidente da UNE, Acidlon Pae, foi demoradamente aplaudido pelo público quando classificou Delfim Netto de "papagaio gordo que ouve as ordens em inglês e as repete em português, atendendo aos interesses do imperialismo". Pae lembrou ainda a permanência da espúria Lei de Segurança Nacional, "que mantém na cadeia o jornalista paranaense Juvenio Mazzarollo".

O mesmo sentimento expresso no palanque era parilhado, com veemência ainda maior, pelo povo que lotava a praça: "Tem que tirar todo mundo de lá de cima, mudar tudo", foi como se expressou o pedreiro José Pires, morador no bairro do Uruguai. Sintonizado com esta disposição, o deputado estadual Luis Nova comentou para a TO: "A continuidade da campanha não só demonstra a sua potencialidade de aglutinação, como também tem mostrado que ela é o mais viável para a articulação do pólo do poder democrático e popular, que se colocará como alternativa ao regime e ao governo Figueiredo". (da sucursal)



A Praça Municipal de Salvador voltou a ser do povo "como o céu e do condor".



Dez mil pessoas realizaram a maior manifestação dos últimos anos no Espírito Santo.

Comício pelas diretas reúne 10 mil na capital capixaba

Dez mil pessoas defenderam eleições diretas, num vibrante comício realizado na praia de Camburi, em Vitória. Mesmo com o clima chuvoso, foi a maior manifestação ocorrida no Espírito Santo nos últimos anos. Prevalceu o clima de unidade, com a presença do PMDB, PDT e PT, além dos partidos que lutam pela legalidade. O tom foi fortemente oposicionista.

O comício foi à noite, depois de uma tarde de show com artistas capixabas. Estavam presentes grandes nomes da oposição: Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, Doulte de Andrade, presidente do PDT, Freitas Nobre, Tancredo Neves, João Gilberto, Gérson Camata, o senador José Ignácio e os deputados federais do Estado Max Mauro, Nelson Aguiar, Myrtes Bevilacqua e Hélio Manhães, o deputado Expedito Soares, em nome da direção do PT, e Dineas Fernandes de Aguiar, representando a Comissão Nacional pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil.

LEI INJUSTA

Um discurso incisivo foi o de Ulysses Guimarães. Numa colocação bem feita, demonstrou como os donos do poder tentam conter e amedrontar o povo na luta por conquistas democráticas. "No Brasil foi lei os ne-

gros serem escravos, mas a escravidão caiu. Foi Império, e o povo conquistou a República. Hoje as indiretas são lei e o povo lutará para conquistar as diretas. No passado armaram o patíbulo e a força para impedir as idéias da independência; fizeram rolar a cabeça de Tiradentes, mas a independência foi conquistada. Hoje, a força é o Colégio Eleitoral".

Ulysses, dessa forma, criticou o legalismo, a acomodação frente às imposições do governo. Mostrou a necessidade da persistência na campanha, indicou que a batalha é difícil mas com possibilidade de vitória.

Houve uma pequena confusão, logo no início do ato, envolvendo a fixação de faixas e cartazes dos partidos que lutam pela legalidade. O incidente foi logo contornado e deu origem a protestos dos parlamentares Max Mauro e Myrtes Bevilacqua, que defenderam a livre participação de todos os partidos, sem discriminações.

Num discurso bastante aplaudido, Dineas Fernandes de Aguiar, da Comissão Nacional pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, saudou o caráter unitário do comício e conclamou o povo capixaba a "organizar comitês em favor das eleições diretas nos bairros, locais de trabalho, escolas e sindicatos". Dineas lembrou que "a campanha não vai terminar em abril — como pensam alguns —,

quando será votada a emenda no Congresso. O movimento está em plena ascensão, ao mesmo tempo em que o regime militar deixa a fase do isolamento e do desgaste, para entrar num processo de completa desmoralização".

POSIÇÕES FIRMES

Além do comício ter sido unitário, com a presença de várias forças, foi também bastante combativo. A maioria dos oradores fez duras críticas ao regime militar e ao Colégio Eleitoral.

O governador capixaba, Gérson Camata, afirmou na tribuna que seu governo "dá apoio decidido à luta pelas diretas". O governo do Estado montou um trio elétrico que tem corrido todas as praias do litoral, superlotadas, para divulgar a campanha, nas quais têm havido diversos comícios.

As 10 mil pessoas que participaram do comício de Camburi, com chuva e tudo, são mais uma prova do grande potencial de mobilização da campanha das eleições diretas. Além dos partidos políticos, falaram os representantes da CUT e da Conclat. Os artistas também tiveram grande peso no ato. Walmor Chagas arrancou aplausos com seu posicionamento firme, ao lado de Maria Isabel de Lisandra e de Ruth Escobar. A campanha vai ganhando força, perturbando cada vez mais os planos contruístas do regime militar.



O PC do Brasil tem marcado presença na luta pelas diretas.

Aos Trabalhadores! Ao Povo Brasileiro!

Queve-se por todo o país o braço vigoroso do povo nas suas exigidas eleições diretas para a Presidência da República. O PC do Brasil apóia decididamente esta campanha e junto com todos os democratas, independentemente da fé religiosa ou do partido a que pertenciam, procurará encontrar as formas comuns de atuação para levá-la até a vitória.

É inteiramente justo e oportuno que os brasileiros reconquistem o direito de votar, de eleger o Presidente do seu país. Estes vinte anos de governantes impositos pelos militares levaram o Brasil a uma situação catástrofica, com milhões de trabalhadores desempregados, passando fome, ou sofrendo o arrocho salarial, enquanto bilhões de dólares são rematados para o exterior como pagamento de dívidas que já foram pagas e os protegidos do regime enriquecem praticando impunemente falcatruas de todo o tipo.

Os ocupantes do Palácio do Planalto que submetem nossa pátria aos banqueiros internacionais, comportam-se como os donos do país e tratam os brasileiros como se fossem escravos. Negam-lhes o direito de lutar pela democracia, chamam de elemento perturbador o movimento popular por eleições diretas. Divorçados inteiramente do povo e da nação, pretendem assegurar o continuísmo dos governos dos generais, seja através do mandato-tampão seja por meio do Colégio Eleitoral viciado — com a presença dos senadores biônicos, com a representação dos Estados mais populosos e com maior número de eleitores fraudulentamente igualada à representação das menores unidades da Federação.

Nesta situação, a batalha pela reconquista do direito de votar para presidente da República vincula-se à luta democrática mais geral pela liquidação do regime militar. E para substituir o atual governo, opressor e entreguista, comprometido no mar de lama da corrupção, por um governo representativo das mais amplas forças patrióticas, democráticas e populares.

As manobras continuístas fracassarão! A nação exige o fim do sistema autoritário, o direito de eleger pelo sufrágio universal o novo presidente da República! Coerente com a sua orientação democrática e popular, o PC do Brasil convoca os trabalhadores e o povo a organizar nas fábricas, nos bairros, nas escolas, no campo, em toda a parte, Comitês Unitários pelas eleições diretas. E empenhar todos os esforços por mobilizar as massas para os comícios, as passeatas e desfiles de rua, a fim de que os brasileiros obtenham não só o direito de eleger o Presidente mas também de participar na escolha dos candidatos, que devem assumir compromissos claros com os interesses nacionais e populares.

Unamo-nos para alcançar a liberdade e o progresso social. Eleveremos a nossa voz contra as manobras continuístas, contra os acordos de cúpula e os conchavos de bastidores.

Fora Figueiredo! Fora o regime militar! Tudo por eleições diretas já!

Janeiro de 1984

A Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil.

Esta é a foto do documento lançado pela Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil em favor das diretas, distribuído em todas as manifestações.

exige as diretas



A presença dos artistas na luta pelo direito ao voto na sucessão

Gente como Chico Buarque, Moraes Moreira, Fernanda Montenegro e Bruna Lombardi está colocando seu prestígio e sua arte a serviço da luta pela conquista do voto direto em nosso país. Eis suas opiniões:

FERNANDA MONTE-NEGRO: Estou engajada na luta pelas diretas porque acho que temos que procurar novamente uma identidade como nação. O brasileiro perdeu sua identidade, perdeu sua coluna vertebral. E precisamos lutar para que nós ponhamos de pé novamente. Nós tivemos uma artista para os presos políticos, mas não foi dada uma anistia para a nação. E essa anistia deve ser feita através do voto. Acho que nós, artistas, somos pessoas que têm alguma penetração popular, temos poder de solicitar, de aglutinar. Ou pelo menos temos o poder de sermos focados pela multidão, pelo povo. Então acho que temos uma responsabilidade de nisso. Nós podemos servir assim como uma espécie de adubo para que a gente engrosse o apelo da presença de uma multidão numa praça.



Chico: "Os artistas vão colaborar nesta campanha".

WALMOR CHAGAS: Há uma hora em que o artista precisa ir e dizer com seu próprio corpo: "Eu estou aqui". E estas são as horas em que o povo também vai.

BRUNA LOMBARDI: Eu acho que as diretas são um dever e um direito. O país não pode falar em democracia enquanto não tivermos eleições diretas, e enquanto tivermos censura. Nunca votei para presidente em minha vida. Nós esperamos vinte anos para fazer isso. Está na hora. Além disso, o fato de a campanha ser suprapartidária também me interessou. Se você fizer um plebiscito agora para saber quem quer votar para presidente, teria 120 milhões de votos. Todo mundo que acredita neste país e o ama quer as diretas.

CRISTIANI TORLONI: Acima de tudo o artista é um cidadão. E como nós temos representatividade, temos que colocar isso a serviço da comunidade que nos elegem para o lugar em que nós estamos. Não se trata de sensibilizar a população para as diretas. Ela já está sensibilizada. Temos que sensibilizar é o governo. E no momento, acima de tudo, queremos sensibilizar os deputados e senadores que vão votar a emenda pelas diretas e que foram eleitos pelo povo. Quero ver quem vai ter coragem de votar contra, se ele foi eleito pelo povo.

FERNANDO TORRES: O ator é uma pessoa dividida. Ele é três pessoas numa só. Antes de ser ator, eu sou cidadão. Depois, eu sou personagem. Como cidadão, o que eu quero e o que a maioria do povo quer atualmente é escolher o seu presidente. E por isso, como cidadão, estou aqui. E na medida em que eu como ator posso contribuir com o meu prestígio convocando os que gostam de mim no teatro, no cinema, na novela, etc., convoco outras pessoas pra cá. Como personagem, eu gostaria até de representar alguém que fosse contra as diretas. E eu faria isso tão bem para mostrar que ele é que estaria errando sendo contra as diretas.

RAUL CORTÉZ: Eu já participei dos comícios de Curitiba, Porto Alegre e Campinas. E isso porque 90% dos brasileiros querem de volta esse direito que lhes



Fernanda Montenegro e Ruth Escobar: atrizes pelas diretas.

foi tirado há vinte anos. É um direito nosso. Estamos pedindo apenas aquilo que nos é devido. Também acho importante o povo na praça. No momento em que você vê alguns órgãos de imprensa sotegarem informação, a única forma de pressão é estarmos concentrados na praça e exigirmos de volta os nossos direitos. O artista tem que ser um objeto de utilidade pública. Tenho 26 anos de profissão. Em seis anos eu coloquei no palco através dos diretores e grupos com quem trabalhava uma realidade nacional. Há 20 anos isso não foi tirado devido a uma censura cultural e uma censura econômica também. O artista passou a lutar por sua sobrevivência e porquíssimas vezes nós conseguimos colocar em cena alguma coisa que retratasse a esperança e o anseio do povo brasileiro. Não vou nem falar de televisão, que vende sonho às 6, às 8 e às 10 da noite. Che-

gou a hora de nós, artistas, exigirmos a retirada do sonho e a colocação da realidade brasileira em cena.

RUTH ESCOBAR: Acho que este processo é irreversível. O povo está caminhando, estourando todas as pontes por que tem passa-



Ravache, Rosemary, Henfil, Bruna, Ricceli e Dela Castro (atrizes).

do. E de repente o artista é também um porta-voz do direito à esperança que nosso povo tem. E acho que conquistaremos a vitória, que teremos eleições diretas. E acho que o artista como cidadão tem que estar ao lado de todo o povo nesta luta. Os militares já deviam ter votado para os quartéis há muito tempo.

ALCEU VALENÇA: Os artistas são o povo, a voz do povo. A gente tem um cordão umbilical com os anseios do povo. A meta agora são as diretas, e eu tenho certeza que nós vamos conseguir isso. Tenho feito campanha inclusive nos meus shows, e todo mundo quer eleição mesmo.

GILBERTO GIL: A praça está cheia. É sinal de que as eleições diretas não são só uma conversa, mas um desejo real — tanto é que as pessoas estão aí. A gente nunca sabe direito como os sistemas autoritários, repressivos, se comportam. A capacidade de sensibilização deles é difícil de avaliar. Mas estamos aqui para demonstrar nosso desejo.

SÔNIA BRAGA: Hoje a gente é um corpo só, uma cabeça só, só um coração pulsando, e a mesma voz: nós queremos votar para presidente, já.

CHICO BUARQUE: Aqui tem mais gente do que eu esperava. Nem dá pra ver todos... Vai bem fazer este barulho aqui e por todo o Brasil. Os artistas vão colaborar nesta campanha, e vamos ver, né? Acho que a única forma que o povo tem de se manifestar, agora, é esta, na praça. Mas acho que o governo vai fingir que não escuta, né? Vamos ver...

MORAIS MOREIRA: Acho que é direito de todos os brasileiros, de todos os cidadãos participarem dos destinos do país. E nesse sentido é fundamental que o povo saia às ruas para exigir o direito de escolher livremente seu presidente. Tenho participado de todos os comícios na medida do possível, principalmente no Nordeste. E fiz o "Freno das Diretas", agora liberado pela censura, para contribuir com a luta por este objetivo.



Eleições diretas: exigência dos professores no Congresso da CPB.

Docentes decidem dar aulas de democracia

Os 4 mil delegados e participantes do XVII Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), realizado de 16 a 22 de janeiro em Cricúma (SC), transformaram o encontro numa grande manifestação por eleições diretas e pelo fim do regime militar. Houve inclusive uma passeata pelas ruas da cidade, fato inédito nos Congressos da CPB.

O encontro se realizou sob o impacto da campanha pelas diretas que hoje empolga toda a nação. No final foi aprovada uma resolução na qual se afirma que "em defesa da educação, da democracia e da soberania nacional", os professores exigem "o fim do regime militar e eleições diretas para presidente da República". No início do ano letivo correrá pelas salas de aula um abaixo-assinado e no dia da votação da emenda que restabelece as diretas, em abril, serão promovidas aulas simbólicas sobre o tema.

UNIÃO DO POVO
Durante o encontro, os professores também debateram a questão da reunificação do movimento sindical. Decidiram pela participação da CPB em todas as articulações que visem à unidade e votaram contra a filiação à CUT de São Bernardo. No rumo da união do povo, foi aprovada a realização de um Encontro Nacional do Movimento Popular para, "juntamente com os demais setores sociais e políticos, discutir e buscar soluções e saídas para a grave crise que vive o país".

Preocupados com a política educacio-

nal do governo militar, o Congresso deliberou promover um Encontro Nacional do Ensino Público e Gratuito, objetivando traçar uma proposta de educação voltada para os interesses populares e democráticos. O professor Oscar Rosa, presidente da Associação dos Professores Licenciados da Santa Catarina, destacou "a importância da educação para transformação e desenvolvimento da sociedade brasileira". Contudo, segundo ele, "isso não é reconhecido pelos dirigentes da nação que, ao invés de estimularem, até impedem que tenhamos uma educação voltada para os reais interesses da maioria da população brasileira".

Também foi feita uma plenária para debater a situação da mulher, coordenada pela professora e deputada capixaba Myrtes Bevilacqua. Há três anos a CPB vem dando particular destaque a esta questão, devido ao peso das mulheres na categoria. No Congresso, por exemplo, cerca de 70% dos participantes eram do sexo feminino. No entanto, das 25 entidades presentes, apenas seis são dirigidas por mulheres.

Manifesto do Conclat repudia as indiretas

"O processo de eleição indireta, por via de um Colégio Eleitoral ilegítimo e casuístico, significaria a continuação da política antipovo e antinacional do regime atual. A eleição direta, por sua vez, aspiração da esmagadora maioria da nação, pode criar condições para a superação da crise atual". Este trecho é do Manifesto ao Povo Brasileiro, aprovado na última reunião do Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), ocorrido em Brasília, no último dia 20. Os mais de 60 membros presentes decidiram que o Conclat divulgará amplamente o manifesto, confeccionará adesivos e camisetas, promoverá debates e eleições simuladas, e engajar-se-á na campanha pelas diretas,

participando dos comitês unitários existentes em todo o país. A reunião também deliberou convocar o Encontro Nacional pela Democracia e em Defesa da Soberania Nacional para 14 de março, em Brasília. Deles participarão entidades sindicais, populares e democráticas e os partidos políticos, que discutirão as alternativas para a crise atual. Num outro texto aprovado, que será enviado aos parlamentares, o Conclat exige a rejeição do decreto-lei 2.087, que atinge os aposentados. Quanto à luta pela reunificação do movimento sindical, não se deram passos adiante. Notou-se resistência por parte de alguns dirigentes sindicais que relutam em continuar as conversações com os membros da CUT.

Chapa 2 derrota pelego de São Caetano do Sul

No primeiro escrutínio das eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, no ABC paulista, a Chapa 2 — de oposição ao pelego João Lins — obteve 3.507 votos de um total de 6.027 votos válidos. Durante o segundo escrutínio — de 24 a 26 de janeiro — Lins estava utilizando de todas as artimanhas para que se evitasse o quorum: 50% dos sindicalizados aptos a votar. Angelo Segatti, candidato a 1º secretário pela Chapa 2, está confiante na vitória: "Se houver lisura, nós vamos vencer com uma vantagem ainda maior neste segundo escrutínio". João Lins está na presidência do Sindicato desde 1975 e neste período nunca mobilizou a categoria, perseguiu lideranças operárias que se destacavam e nas greves sempre jogou na conciliação com os patrões. Segatti, que foi presidente cassado em 1964 pelos militares golpistas, explica que "nós estamos lutando contra uma diretoria corrupta,

aliada dos patrões e do governo federal". "O Sindicato nosso virou refúgio de bandeiristas", desabafo entrecortado Cláudio Ribeiro Soares, o Bahia, candidato da Chapa 2, depois de assistir ao festival de pancadaria provocado pelos capangas do pelego Lins (veja TO nº 153). Além de utilizar seus jagunços, Lins tentou impugnar 17 nomes da Chapa 2, sendo que o Supremo Tribunal Federal acatou a impugnação de três deles, entre os quais o de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, candidato a presidente. O advogado Edson Cordeiro declarou a **Tribuna Operária** que "nós estamos providenciando medidas judiciais e criminais contra estas atitudes".

ELEIÇÕES NO RIO
As eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi anulada pelo procurador de Justiça do Estado. A Chapa 1 venceu o terceiro escrutínio com a diferença de apenas um voto. Dentro de 90 dias deverá haver nova eleição.



Moraes Moreira cantou no "Freno das Diretas" — Se a democracia é a meta, a solução é direta.

20 anos de sindicalismo rural

A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) comemora dia 31 de janeiro o 20º aniversário de seu reconhecimento oficial. Apesar da ditadura, foram duas décadas de vertiginosa expansão do sindicalismo rural (veja o quadro), que deu nova feição à luta pela terra e que facilita o estreitamento da aliança operário-camponesa.

Quem vê a Contag atual, com suas 22 Federações estaduais, mais de 2.500 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e perto de 8 milhões de trabalhadores sindicalizados, mal acredita que esta poderosa estrutura foi erguida em apenas 20 anos e, pior, anos de ditadura e fascismo.

Em 1964 havia apenas 189 STRs reconhecidos no país e, dois meses depois do nascimento da Contag, veio o golpe e a intervenção dos militares na entidade. Só em 1968 houve eleições e os trabalhadores retomaram sua Confederação, numa eleição difícil, em que seis Federações votaram na oposição e outras cinco apoiaram a chapa dos interventores. A presidência da Contag passou então para um jovem dirigente sindical, pernambucano de Orobó, acusado de "comunista" pelo coronel Passarinho, ministro do Trabalho na época. Seu nome, José Francisco da Silva.

Era o período mais negro da ditadura. Entretanto a entidade iria se beneficiar de um processo objetivo de amadurecimento do movimento camponês, silencioso porém vastíssimo. Começou a multiplicação dos STRs (veja o quadro), e a Contag colocou-se à frente dessa maré montante. Das nove Confederações Nacionais de Trabalhadores existentes, foi a única que se atriou no trabalho organizativo e que ousou fazer críticas ao governo, à concentração da terra, à estrutura sindical.

Dois milhões de posseiros em luta pela terra

Fazer sindicalismo no campo não é fácil. Além da violência (veja o box), a estrutura sindical atrelada, como nas cidades, há uma grande variação de realidades. A Contag e os STRs congregam desde os assalariados agrícolas, permanentes e temporários, até os pequenos e médios proprietários que não tenham empregados, passando pelos parceiros,

Ano	Federações	Sindicatos	Sindicalizados
1964 *	7	189	—
1968	11	632	—
1972	18	1.582	2.043.000
1976	20	2.148	4.775.000
1980	21	2.447	6.800.000
1982 **	21	2.502	7.602.000

* Em 1964, há ainda confusão na estrutura das Federações recém-criadas; algumas abrangem mais de um Estado, outras filiam só trabalhadores assalariados ou lavradores. Os 189 STRs são os reconhecidos oficialmente. Segundo diretores da Contag, havia outros, sem registro.

** A Contag não concluiu ainda o levantamento dos STRs fundados em 1983, há indicativos de um crescimento, com a transformação de várias delegacias sindicais em Sindicatos. Também em 1983, a Federação do Acre foi reconhecida, totalizando 22 federações estaduais.

2300 novos STRs

A tabela acima dá uma visão do explosivo crescimento do sindicalismo rural, que em vinte anos alcançou o urbano, tanto em número de entidades como de filiados. Durante este período, a média foi de um novo Sindicato de Trabalhadores Rurais fundado a cada três dias!

O quadro fica mais nítido quando se observa os números referentes a alguns Estados em particular — sobretudo aqueles onde é aguda a luta de posseiros. O Pará, em 1964, simplesmente não possuía Sindicatos de Trabalhadores Rurais reconhecidos; em 1968, tinha sete STRs registrados; e, em 1982, já saltara para 74 Sindicatos, com 232 mil lavradores sindicalizados. Coisa semelhante aconteceu no Maranhão, que em 1964

possuía apenas dois STRs, passando para quatro em 1968 e chegando a 130, com 384 mil sócios, em 1982. E a Bahia, que há 20 anos tinha um solitário STR, quatro anos depois contava com dez e chegou a 1982 com nada menos do que 209 Sindicatos, totalizando 517 mil trabalhadores rurais associados.

Um processo destas dimensões naturalmente só foi possível por ter suas raízes fincadas bem fundo num quadro social objetivo — de monopólio crescente da propriedade da terra e expansão do capitalismo no campo através da ruína da população trabalhadora. Mas é igualmente verdade que ele se verificou sob a égide de uma entidade, que o personifica e representa — e que se chama Contag.

arrendatários e pela explosiva massa dos posseiros.

As lutas de posseiros cresceram nestes anos à medida que as terras se concentravam. Em 1981, segundo pesquisa da Contag, já envolviam 40.530 famílias, em 257 áreas de conflito distribuídas por todos os Estados do país. Hoje, a entidade estima em mais de 2 milhões o número de pes-

soas direta ou indiretamente envolvidas na luta pela terra.

A orientação seguida neste cenário foi a de incentivar a criação das delegacias sindicais — elo de ligação entre o STR e o camponês. Centenas dessas delegacias depois se transformaram em Sindicatos, Diretorias "burocratizadas", como diz a Contag, foram substituídas.

É um processo ainda no início.



Assalariada da cana: em Pernambuco, três greves desde 1980; abaixo, delegacia sindical do Sul do Pará, agora transformada em STR.

O peleguismo existe também no campo, e até mais selvagem do que o das cidades. Na eleição do STR de Conceição do Araguaia em 1981, assassinaram o Gringo, Raimundo Ferreira Lima, que encabeçava a chapa oposicionista. Mais recentemente, em São Mateus, Maranhão, o prefeito do PDS chegou a prometer 50 quilos de arroz por voto dado à Chapa 1, apoiada pelos latifundiários da região, na disputa pelo STR. Nas últimas semanas, o governo interveio nos sindicatos de Santarém, Pará, e Santa Luzia, Maranhão. É sensível, contudo, o avanço.

Canavieiros de Pernambuco: a menina dos olhos

Considerada "o ABC do campo", a Zona da Mata de Pernambuco é o centro de maior mobilização de assalariados agrícolas no país. Seus 250 mil canavieiros fizeram três greves gerais — 1980, 1981 e 1983 — enfrentando um dos segmentos mais brutais do patronato brasileiro. E arrancaram dos usineiros e senhores de engenho algumas melhorias, in-

clusive o reconhecimento dos delegados sindicais — antiga reivindicação operária.

O próprio José Francisco tem estado presente em todas estas paralisações, ajudando nos piquetes, nas assembleias, impedindo a violência patronal. A Zona da Mata é a menina dos olhos da Confederação, um dos melhores frutos do seu trabalho. O comparecimento às assembleias é maciço. Todos os STRs estão unificados na luta. E a mobilização se estende pelo ano inteiro, fiscalizando o cumprimento das melhorias conquistadas.

No Rio Grande do Norte, na Paraíba e em outros Estados, os assalariados também já estão desfilando. Na Usina Pito, a maior de Goiás, houve uma greve vitoriosa no ano passado. As paralisações, em geral, não obedecem às exigências draconianas da Lei de Greve. Mas são um enorme avanço no campo, onde o latifúndio é a lei.

Os pequenos e médios produtores que não exploram o trabalho alheio também participa da estrutura da Contag, sobretudo no Sul. O Rio Grande do Sul, onde este setor tem forte peso, é o Estado com maior número de trabalhadores rurais sindicalizados. E nota-se certo avanço na organização. Os viticultores, por exemplo, inauguraram seu movimento em 1979, num pequeno município gaúcho; hoje estão mobilizados em 15 municípios daquele Estado e de Santa Catarina, por melhores preços e sobretudo contra os juros bancários que os levam à ruína.

"O Sindicato é do trabalhador, não do governo"

A Contag procura expor claramente sua política sindical, objetivos e métodos de trabalho — especialmente a partir de seu 3º Congresso, de maio de 1979, o qual definiu que "a luta principal do nosso movimento é pela reforma agrária".

Há ainda pontos frágeis na compreensão desta luta. A formulação que defende uma reforma agrária imediata, entendida como reforma agrária dentro dos marcos do regime social e político atual, não leva em conta que o latifúndio, como sistema e como classe, é um dos pilares deste regime reacionário e enquanto este existir não largará mão do monopólio da terra.

Em contrapartida, o Congresso incentiva os lavradores a ocuparem as terras improdutivas, nelas fixando residência e tornando-as produtivas". Condena com veemência "o modelo de sindicato atrelado ao governo". E, já em 1979, destaca: "Cabe ao movimento sindical ajudar o crescimento da consciência dos trabalhadores. Consciência de que o Sindicato é dos trabalhadores, não da diretoria nem do governo. Consciência de que a libertação da classe só virá com a organização e luta da própria classe". (Altamiro Borges, Bernardo Joffily)

Dois líderes assassinados por mês

Margarida Maria Alves, parabaiana, 50 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, teve o crânio estilhaçado a bala em frente à sua casa, em 12 de agosto de 1983. No mesmo dia, em Pernambuco, o delegado sindical Josias Paulino era morto com sete tiros. Antes de desferir-lhe um dos pistoleiros ainda falou: "Você nunca mais torna terra de ninguém". Duas testemunhas oculares procuraram o delegado de polícia de Ibitimir, mas ele recusou-se a lavrar a ocorrência.

A cada ano aumentam os assassinatos (veja o quadro). Assim, ser sindicalista rural exige muita coragem. Margarida, pouco antes de morrer, fora amesaçada em público pelo dono da Usina Tanques, Agnaldo

Veloso: "Para seu próprio bem, não crie confusão na minha usina". Pagou com a vida por defender os direitos dos trabalhadores, que os usineiros consideram "confusão".

A LEI DO CATIVEIRO
Na maioria das vezes os assassinatos acontecem simplesmente porque a vítima reclama contra injustiças gritantes do latifúndio. O delegado sindical Clemente Francisco, por exemplo, foi morto por funcionários da Fazenda Junqueira, em Eldorado, Mato Grosso, pelo "crime" de abrir processos para impedir a expulsão de 30 famílias de reendeiros.

Os assassinatos são apenas parte desta guerra suja. Eis alguns outros casos, de 1983, denunciados pela Contag: o presidente do STR de Taruaçuá,

LIDERANÇAS SINDICAIS ASSASSINADAS

1980	10
1981	15
1982	17
1983	24

Os números englobam também líderes não-pertencentes a diretorias de STRs. Entre presidentes e diretores de entidades, o número de mortos de 1980 a 1983 sobe a 10. Morreram também três advogados sindicais.

Acre, foi preso e espancado por agentes da Polícia Federal; em Rio Maria, Pará, o presidente do STR, João Cnaut, recebeu um recado do pistoleiro Pedro Paraná: "Para quem já matou tantos não faz diferença matar mais um". As perseguições não poupam nem a Igreja, sobretudo a partir da formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

É uma violência que brota do latifúndio. Poderosos grileiros e senhores de terras, sucessores dos donos de escravos, agem como se fazia no tempo do cativeiro. A polícia e até a Justiça local, frequentemente, estão a seu mando. E o regime militar tem sido o seu regime, com a Polícia Federal e órgãos como o Getat acobertando os crimes do latifúndio.

ORELHAS DECEPADAS
Um exemplo: em agosto de 1983, o fazendeiro Januário Medeiros jogou sua caminhoneta contra o secretário do STR de Jaracuta, Rio Grande do Norte. Quase o mata. Porém o delegado de Polícia fugiu da cidade; e o substituto recusou-se a receber queixa-crime... Há casos piores. Pistoleiros da Agropecuária

Mirassol, de Jauru, Mato Grosso, em setembro último, invadiram a posse do lavrador Custódio Fidélis, espancaram sua esposa, balearam-no e levaram seu corpo. Sob pressão do STR e de 500 lavradores, o delegado foi à fazenda e lá encontrou o cadáver, com mais de 30 furos de bala e as orelhas decepadas. Na sede da fazenda, achou quatro metralhadoras, carabinas, farta munição. Quatro pistoleiros acusados do crime foram presos, mas 12 horas depois estavam em liberdade.

A Contag não escapa a essa sanha anticamponesa. Seu presidente, José Francisco, foi processado com base na Lei de Segurança a pretexto da morte de um latifundiário no Acre, em 1981, mas nada se investigou sobre o assassinato, pouco antes, do presidente do STR de Brasília. Cerca de 30 posseiros foram presos e torturados, contudo as autoridades nem interrogaram o seringueiro Guilherme Lopes, defensor de que "a solução para os problemas fundiários do Acre seria matar o presidente do Sindicato, o delegado da Contag e alguns padres", segundo suas palavras.



Funeral de José Pass, abatido com um tiro no rosto, no sul do Pará.



José Francisco: eleito por um voto de vantagem, mudou a Contag.

O COMÍCIO DOS 400 MIL

Carlos Átila, porta-voz de Figueiredo, havia comparado a campanha popular pelas eleições diretas a uma dança índia para fazer chover. Pois no comício do dia 25 em São Paulo choveu, torrencialmente. E 400 mil pessoas, encharcadas e decididas, estavam na Praça da Sé exigindo "diretas já!", numa das maiores manifestações da história do Brasil.

A multidão, compacta, enorme, impressionante, começou a engrossar logo depois do almoço. Bem antes de começarem os discursos, já estava patente que a Praça da Sé seria pequena para tanta gente. As pessoas se amontoavam nas ruas vizinhas.

O primeiro a falar foi Acildon Pae, presidente da União Nacional dos Estudantes, escolhido para abrir o comício pela unanimidade das entidades promotoras do ato, dadas suas antigas tradições de luta democrática.

Ao microfone, apresentando os oradores, o locutor esportivo Osmar Santos teve que enfrentar situações difíceis. Quando, por exemplo, ele anunciou o representante dos prefeitos do PDS, Sidney di Biasi, que defendem as diretas, explodiu uma estrepitosa vaia. Osmar Santos, contudo, teve a iniciativa de perguntar ao orador se ele era a favor das diretas e, num misto de discurso e entrevista, terminou arrancando aplausos quando o prefeito pedesta anunciou um ato público em sua cidade.

Já o deputado que falaria pelos pedestistas pró-diretas, Luis Furlan, não teve a mesma sorte. As vaias não o deixaram falar. A multidão exprimia assim sua repulsa, não ao parlamentar dissidente que ousa desafiar os ordens do Planalto, mas à legenda do governo — o odiado governo biônico e esfomeador que teima em perpetuar-se. O PTB também foi sonoramente vaiado, pagando caro por seu acordo com o PDS.

Aviso do povo aos de cima: "A gente não aguenta mais"

Outra que atraiu a ira do povo foi a Rede Globo de Televisão, que vem sabotando deliberadamente o noticiário sobre a campanha pró-diretas, num exemplo acabado de jornalismo desonesto e servil.

Já no final do comício, outra vaia contagiou a platéia imensa, quando Osmar Santos anunciou a presença no palanque de um militar, o coronel Tarcísio Nunes Ferreira. Mas transformou-se também em aplauso depois que Osmar explicou que o coronel "deixou as fileiras do Exército", afastado "por não concordar com o resultado do inquérito sobre o Riocentro".

Esses episódios foram amostras do entranhado sentimento oposicionista do povo que superlotou a Praça da Sé. Ali estavam os assalariados sob o império de arrocho, os desempregados acossados pela fome, a juventude privada de futuro pelo regime, as famílias sitiadas pela violência urbana, os patriotas indignados com a rendição do governo ao FMI. E um oposicionismo denso, radical e explosivo, que se personificava no repúdio a Figueiredo, Delfim Netto, Paulo Maluf, mas é extensivo a todo o regime. E como disse Severino Waldevini, pernambucano, radiotécnico, que veio de São Miguel e ficou debaixo da chuva com a mulher e os dois filhos pequenos até o comício acabar: "Quis vir aqui porque quero gritar com todo mundo, exigir meus direitos. Este ato de hoje foi um alerta para quem está lá em cima no governo, um aviso de que a gente não aguenta mais".

Os organizadores do comício da Sé estimaram em 420 mil pessoas a impressionante multidão ali presente. Carlos Átila, porta-voz da Presidência da República, chutou de Brasília 100 mil. O SNI espionou 170 mil. A imprensa paulista noticiou 300 mil. A Tribuna, pela pesquisa de sua equipe de responsáveis, constatou fatos que comprovam a veracidade do número de 400 mil. Somente pela estação Sé do Metrô, conforme apuramos junto aos metrôviários que trabalharam no local, passaram pelas catracas até as 17 horas 126 mil pessoas e outras 80 mil por fora, a par-

tir do momento em que as catracas não conseguiram mais dar vazão ao fluxo de gente. Num dia inteiro de domingo ou feriado o movimento ali é de 20 mil pessoas. Levando-se em conta as caravanas de ônibus (84 veículos só do pequeno município de Embu), as passeatas e o contingente enorme de cidadãos afluídos à praça por todos os meios, o número seguramente chega aos 400 mil. Só de Goiânia veio uma comitiva de 44 ônibus com mais de mil ocupantes, por iniciativa do vereador Euler Ivo, do Bloco Popular do PMDB goiano.



Foi com estas idéias e estas emoções que a multidão suportou o aperto da Praça, o sistema de som planejado para muito menos gente e as dezenas de discursos que se repetiram por mais de três horas. Sempre que se ouvia uma tirada mais incisiva, os aplausos explodiam com força redobrada.

Também foi aplaudida uma mensagem da Comissão pela Legalidade do PC do B, lida por Osmar Santos: "O Partido Comunista do Brasil apóia decididamente a campanha pelas eleições diretas e junto com todos os democratas, independen-

te da fé religiosa ou do partido a que pertençam, procurará encontrar as formas comuns de atuação para levá-la até a vitória".

Verdade seja dita, poucas vezes o estado de espírito da multidão encontrou pleno eco no palanque também abarrotado. Sentia-se certa incoidência na multidão, uma ânsia de definições mais claras e arrojadas.

Entre os setores que promoveram o ato público, o aspecto positivo que se destacou foi a busca pelo êxito da unidade. As dezenas de entidades feministas e feministas de São Paulo, por exemplo, conseguiram, talvez pela primeira vez, escolher, por consenso alguém que falasse em nome delas — a já idosa porém sempre firme madre Cristina Maira, que pediu "eleições diretas que darão força para cobrar o sangue dos mártires assassinados pela ditadura militar". Os movimentos negros, também bastante fragmentados atualmente, encontraram da mesma forma um orador comum.

Mesmo Luis Inácio Lula da Silva, presidente do PT, fez um discurso positivo e sintomoso com esta exigência de unidade de ação — puxando a orelha de facções petistas mais bitoladas que recentemente vaiaram até um minuto de silêncio em memória de Teotônio Vilela. "Eu quero fazer um pedido muito importante — disse Lula. Que a gente tenha clareza que só vamos conquistar as eleições diretas se trabalharmos juntos com os outros partidos de oposição. Se alguém

tiver que ser vaiado, que seja o Lula. Que sejam aplaudidos os outros, pois só assim conquistaremos as eleições diretas".

Leonel Brizola, que disse estar assistindo à maior manifestação de sua vida, foi bastante aplaudido ao denunciar a "corte" do Planalto: "O incrível é que a corte que se formou em Brasília, cada dia mais longe da nação, não reconheça, não seja sensível à vontade de mais de 90% do povo". No entanto, indagado pela Tribuna Operária se a proposta do mandato-tampão pertence ao passado, disse que não e defendeu "uma posição de abertura a esse respeito", julgando que "pode haver um período transitório".

Não é o auge, mas o começo de uma luta de 130 milhões

Ulysses Guimarães, inflamado, conclamou a população: "Saiam de casa para defendê-la do invasor que é o governo, que rouba a saúde, a educação, o emprego do povo. Saiam de casa para defender o voto direto". E proclamou solemnemente que "hoje, aqui, na Sé, caiu o Colégio Eleitoral", dizendo-se convencido da vitória da campanha.

Já o governador Franco Montoro, que encerrou o comício e foi um dos responsáveis por seu êxito, colocando a força do Estado a serviço do anseio geral pelas di-

retas, saiu-se bem melhor do que de hábito em seu discurso. Arrancou fortes palmas ao dizer: "Há pouco me perguntaram se aqui tinha 300 ou 400 mil pessoas, e eu digo que aqui estão 130 milhões de brasileiros que exigem diretas. Nestes 20 anos o povo foi tratado como objeto e o resultado é esta crise que vivemos. Quiseram tutelar o povo e o povo está dizendo que não aceita a tutela. Diz: não sou coisa, objeto; sou gente. E quero exigir o presidente".

Os artistas também despertaram o entusiasmo do povo, cumprindo um papel importante neste país em que 20 anos de arbítrio deceparam tantas lideranças políticas, sobretudo do movimento popular. Moraes Moreira pôde, afinal, lançar o seu "Frevô das Diretas", retido pela censura, sucesso garantido no carnaval de 84. E Fafá de Belém fez uma magnífica interpretação do "Menestrel das Alagoas", em honra à memória de Teotônio Vilela.

As 19 horas, quando os acordos do Hino Nacional encerraram o comício-monstro da Sé, ainda chovia. E o povo estava lá, imenso, maior que a crise, infinitamente maior que os pigmeus do Palácio do Planalto e do Colégio Eleitoral prostituído. E o que mais entusiasmava nesta jornada cheia de força e emoção é que não foi o fim de uma campanha, não foi o auge, foi apenas o início da ação política de milhões de brasileiros, que têm todas as condições de jogar finalmente por terra o regime militar da fome, da opressão e do entreguismo.



Moraes Moreira canta

Se a meta é a democracia...